
**AO JUÍZO DE DIREITO DA XXXXX VARA DE FAMÍLIA,
ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Autos nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ação de Divórcio Litigioso

FULANA DE TAL, brasileira, casada,
maior, nascida em x/x/x, CPF xxxxxx, RG
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SSP/xx, empregada doméstica, residente e domiciliada na
LUGAR X - CEP XXXXXXXXX - XXXXXXXXXX, telefone (XX)
XXXX-XXXX, sem endereço eletrônico, demais dados na
Declaração de Hipossuficiência Econômica já juntada (ID n.
XXXXXXX), vem à presença de Vossa Excelência, por
intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do artigo 335 e ss. do CPC,
apresentar:

CONTESTAÇÃO

em face das alegações contidas na ação de divórcio litigioso
que lhe é movida por **FULANO DE TAL**, brasileiro, casado,
motorista, CPF XXXXXXXX, RG XXXXX SSP/XX, e-mail,
residente e domiciliado na LUGAR X - CEP XXXXX - X/X,

telefone (XX) XXXX-XXXX, já qualificado no feito em questão,
pelos fatos e fundamentos que ora se seguem:

I - SÍNTESE DA EXORDIAL

01. As partes formalizaram matrimônio em 30 de julho de 1998, sob o regime de “comunhão parcial de bens”, conforme Certidão de Casamento (ID n. XXXXXXXXX) juntada aos autos, sendo que, de fato, a união durou até 2013. Do enlace matrimonial, nasceu um filho, que, atualmente, é maior e capaz.
02. Na inicial (ID n. XXXXXXXXX), o Autor dispensou a prestação de alimentos para si e pleiteou a decretação do divórcio.
03. A decisão de ID n. XXXXXXXX determinou a emenda da inicial de ID n. XXXX. Na emenda (ID n. XXXXX), o Autor renunciou à sua cota-parte do imóvel situado na LUGAR X.
04. A decisão de ID n. XXXXXXXX recebeu a emenda de ID n. XXXXXXXX, juntamente com os documentos que a acompanhavam.

II - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

05. Preliminarmente, é importante destacar que, a despeito de o Autor ter juntado declaração de hipossuficiência (ID n. XXXX), recolheu as custas iniciais de forma espontânea (ID n. XXXXXXXXXXXXXXXX).
 06. Ademais, não tendo o Autor deduzido pedido de gratuidade da justiça na exordial, não há que se falar na concessão do benefício, razão pela qual a Ré requer a condenação do Autor ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, revertidos ao Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do XX XXX - XXXXXXXX.
 07. A requerida, por sua vez, não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e os
-

honorários advocatícios sem, com isso, prejudicar o seu próprio sustento. Faz jus, nos termos da declaração de hipossuficiência anexada aos autos, à concessão da justiça gratuita, que pleiteia, nesta oportunidade.

III - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL

08. Preliminarmente, é importante salientar que o Autor ajuizou a presente ação perante o foro da circunscrição judiciária de XXXXXXXXXXXX. No entanto, na ação de divórcio, a competência é dada de acordo com o disposto no inciso I do art. 53 do CPC, o qual dispõe que:

Art. 53. É competente o foro:

I - **para a ação de divórcio**, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

a) de domicílio do guardião de filho incapaz;

b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;

c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

09. As partes não possuem filhos incapazes, pelo que é inaplicável à

hipótese a previsão da alínea “a” do referido inciso.

10. Quanto à alínea “b”, a Ré esclarece que **o último domicílio do casal foi o imóvel localizado na LUGAR X**. O referido endereço permanece sendo o domicílio da parte Ré, tanto que lá foi citada.

11. Além disso, a Ré esclarece que possui dificuldade de locomoção até a circunscrição judiciária de XXXXX, para comparecimento em audiências e demais diligências necessárias ao regular andamento do presente feito.

12. Por todo o exposto, **requer-se que seja reconhecida e declarada a incompetência territorial desta D. Vara** e, ouvindo-se o Autor em 15 (quinze) dias, **seja determinada a remessa dos presentes autos ao foro competente, no caso a circunscrição judiciária de XXXXXXXXXXXX**, para regular processamento e

julgamento do feito.

IV - DA REALIDADE FÁTICA E DA CONTESTAÇÃO

- 13.A Ré **que não se opõe à decretação do divórcio**, nos termos apresentados na exordial, tendo em vista as partes estarem separadas de fato há mais de 9 (nove) anos.
- 14.A Ré informa, ainda, que **deseja retornar ao nome de solteira**, não havendo, dessa maneira, objeção à pretensão do Autor, no ponto.
- 15.A Ré **dispensa a prestação de alimentos para si**, eis que possui meios próprios para sua subsistência.
16. Conforme apresentado na petição inicial, **o Autor renunciou à sua parte** da expectativa de direito sobre o imóvel localizado na LUGAR X. *Verbis* (ID n. XXXXXXXXXXXX):

“O Autor e Ré são possuidores de direitos possessórios irregulares (uma vez que são apenas ocupantes) sobre o Imóvel situado na LUGAR X de Propriedade da TERRACAP conforme matrícula 265731 do 3º Ofício do Registro Imobiliário do XXXXXX, desta forma, o Autor renuncia qualquer direito que possuir em favor da Ré nos presentes autos” (grifou-se)

- 17.Ademais, a Ré informa que **não existem outros bens a serem partilhados, pelo que não existe controvérsia sobre o tema.**

V - DOS PEDIDOS

**Por todo o exposto,
requer:**

- a) Os benefícios da justiça gratuita, conforme artigo 98 do CPC;
 - b) Que seja acolhida a preliminar de incompetência
-

territorial alegada, ouvindo-se o Autor em 15 dias e, ao final, acolhida e provida, seja determinada a remessa dos presentes autos ao foro competência, no caso a circunscrição judiciária de LUGAR X;

c) que seja designada audiência de conciliação, tendo em vista a possibilidade de autocomposição;

d) Que sejam julgados procedentes os pedidos deduzidos na inicial para i) decretação do divórcio, ii) para que a ré passe a usar o nome de solteira e iii) para que conste na r. Sentença a renúncia do autor a qualquer direito relativo ao imóvel situado na LUGAR X, único bem do casal;

e) A condenação do autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (artigo 3º, da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016) e recolhidos junto ao Banco do Brasil - Agência 4200-5, Conta 6830-6 (PRODEF).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal da parte contrária e oitiva das testemunhas que serão arroladas em momento oportuno.

Termos em que pede deferimento,

**Defensoria
Pública
XXXXXXXXXX**

Estudantes participantes:

Turma XXXXXXXXXXXX

Professora orientadora/UnB: FULANA DE TAL OAB-X XXXX
